



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.214, DE 2023

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o Município e o Estado no qual o veículo está registrado, bem como a bandeira da respectiva unidade da Federação.

Autor: SENADO FEDERAL - ESPIRIDÃO AMIN

Relator: Deputado HUGO LEAL

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob análise, de autoria do Senador Espiridião Amin, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para prever que as placas de identificação veicular (PIV) informem o nome do Município e do Estado no qual o veículo está registrado, bem como a bandeira da respectiva unidade da Federação.

Segundo o Autor, a medida tem a finalidade de “fortalecer a fiscalização de trânsito, promover o senso de identidade regional, evitar acidentes decorrentes da não familiaridade com o trânsito local e facilitar o levantamento de estatísticas turísticas”.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Viação e Transportes (CVT) manifestar-se sobre o mérito da proposição. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) deverá pronunciar-se sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria, com base no art. 54 do RICD. A proposição tramita em regime de prioridade (inciso II do art. 151 do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (inciso II do art. 24 do RICD).

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei sob análise, de autoria do Senador Espiridião Amin, pretende alterar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para incluir na placa de identificação veicular (PIV) o nome do Município e do Estado no qual o veículo está registrado, bem como a bandeira da respectiva unidade da Federação.

Concordamos com o nobre Parlamentar quando afirma que a medida facilitará a identificação da origem de um veículo em situações como infrações de trânsito, roubos, furtos e outros crimes a ele relacionados. Também facilitará a gestão e o controle sobre os veículos registrados no município. Ademais, resgatará o importante significado cultural e identitário das placas veiculares, reforçando o senso de pertencimento à região e o orgulho local e, por outro lado, facilitando a percepção pelos locais quando se tratar de veículos “de fora”.

É importante frisar que a proposta não acarretará custo algum aos proprietários de veículos já emplacados, posto que prevê a obrigatoriedade somente para veículos emplacados após decorridos 365 dias da publicação da lei. Além disso, nada impede que aqueles proprietários, se assim o desejarem – e cremos que muitos o farão –, substituam a placa antiga pelo novo modelo, a ser definido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), como prevê o CTB.

Isso posto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.214, de 2023.

Sala da Comissão, em 30 de julho de 2025.

Deputado HUGO LEAL
Relator

